



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Um estudo nas
Associações de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa Seca na Paraíba**

Cristiane Carla dos Santos

Campina Grande – PB

2015

CRISTIANE CARLA DOS SANTOS

**CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Um estudo nas
Associações de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa Seca na Paraíba**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de artigo apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: MSc. Eliedna de Sousa Barbosa

Campina Grande – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237c Santos, Cristiane Carla dos

Controle social da administração pública [manuscrito] : um estudo nas Associações de pequenos produtores rurais de Lagoa Seca na Paraíba / Cristiane Carla dos Santos. - 2015.

17 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Prof. Me. Eliedna de Sousa Barbosa, Departamento de Contabilidade".

1. Controle social. 2. Administração pública. 3. Associações. I. Título.

21. ed. CDD 351

CRISTIANE CARLA DOS SANTOS

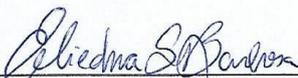
**CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Um estudo nas
Associações de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa Seca na Paraíba**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovado em sua forma final.

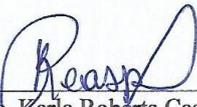


Professor MSc. José Elinilton Cruz de Menezes
Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso

Professores que compuseram a banca:



Professora MSc. Eliedna de Sousa Barbosa
Departamento de Contabilidade – UEPB
Orientadora



Prof. MSc. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Departamento de Contabilidade – UEPB
Membro



Prof. Esp. José Luiz da Silva
Departamento de Contabilidade – UEPB
Membro

Campina Grande - PB, 09 de junho de 2015.

RESUMO

SANTOS, Cristiane Carla dos. **CONTROLE SOCIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Um estudo nas Associações de Pequenos Produtores Rurais de Lagoa Seca na Paraíba.** 2015. 17 fls. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

O exercício da cidadania é requisito fundamental para um país democrático e a consciência coletiva pode contribuir para a efetivação desse exercício, estruturando e estimulando o controle social da Administração Pública. Dessa forma, esse estudo tem como objetivo geral identificar o nível de conhecimento dos afiliados das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca - PB, acerca do Controle Social. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica, bibliográfica, descritiva e qualitativa. A coleta de dados ocorreu através de questionário aplicado aos afiliados das Associações Rurais do Município de Lagoa Seca na Paraíba. A partir dos resultados, pode-se constatar que os associados em sua maioria sobrevivem unicamente da atividade rural e não tem conhecimento a respeito do Controle Social, o que enfraquece a força participativa das associações. Verificou-se, também, que o efetivo conhecimento e consequente exercício do Controle Social por meio das Associações seria através de palestras e vídeos educativos. Por fim, sugere-se que futuras pesquisas nessa temática sejam realizadas para promover a ampliação da discussão da mesma.

Palavras-chave: Controle Social. Administração Pública. Associações.

1 INTRODUÇÃO

Acredita-se que o controle da Administração Pública, num país democrático, não pode ser feito sem a participação ativa da sociedade. Assim, é indispensável o desenvolvimento de mecanismos que possibilitem essa participação. Várias experiências existentes hoje que possibilitam a participação da sociedade no controle da Administração Pública, são agrupadas sob o conceito de controle social, que Mannheim (1971, p. 178) o define como o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”.

Para Carvalho (1995, p.8) “controle social é expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão de relação Estado-sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele”. Assim, a necessidade de controle dos atos da administração pública vem, com o desenvolvimento das sociedades, elaborando novos pensamentos para sua consumação. Destaca-se que o Controle Social será aqui entendido como a participação individual ou coletiva, de cidadãos na organização e no promover dos órgãos administrativos, com base na legislação, para a defesa do patrimônio público e dos direitos fundamentais esboçados pela Constituição Federal (CGU, 2012).

Desse modo, o controle social implica avanço na construção da democracia, e determina alterações profundas nas formas de relação do aparelho de Estado com a sociedade. Conforme Lira et al. (2003) os cidadãos podem intervir no processo de programação governamental, inclusive de forma preventiva.

Em termos de informações disponibilizadas para o exercício do controle social, a legislação preserva, de forma razoável, no título dos Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Federal de 1988 quando é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário.

Desta forma, dentre os fiscalizadores dos entes governamentais, o cidadão é o que se encontra mais próximo das ações e serviços desenvolvidos pela administração pública (direta e indireta). Todavia, deveria ocorrer mais interesse por parte da sociedade fiscalizar as atividades governamentais mais próximas do seu meio comum, por exemplo, verificar se a merenda escolar é de boa qualidade; se no hospital ou posto de saúde há pessoal e materiais suficientes para um atendimento satisfatório; se há disponibilidade de medicamentos na farmácia que os fornece de forma gratuita; se o transporte escolar assiste a todos os usuários que dele necessitam e assim sucessivamente.

Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: **Qual o conhecimento acerca do Controle Social por parte dos membros das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca –PB?** Para tanto, foi traçado como objetivo geral identificar o nível de conhecimento dos afiliados das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca - PB, acerca do Controle Social. Tendo como objetivos específicos: a) descrever sobre o controle social no Brasil; b) identificar o conhecimento dos afiliados das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca - PB, acerca do Controle Social; e, c) apresentar os resultados.

Esse estudo se justifica pela necessidade de ampliar a discussão acerca da temática referida, demonstrar que o exercício do controle social tem como alvo principal o acompanhamento dos gastos realizados pela administração pública, para a efetivação de prestação de serviços à sociedade e, enfatizar que a associação de pessoas de forma organizada representa um movimento de força capaz de fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos públicos. E, de modo geral esse estudo está estruturado em cinco seções: introdução, seguida da revisão bibliográfica, metodologia utilizada, resultados obtidos e, finalmente, as considerações finais.

2 O CONTROLE SOCIAL NO BRASIL

O termo controle social foi incorporado e ganhou força posteriormente à redemocratização do País e da estabilidade econômica. A participação popular na administração pública é um direito adquirido pela Constituição Federal de 1988, possibilitando que os cidadãos não apenas façam parte da formulação dos programas e políticas públicas, mas também, fiscalizem permanentemente a aplicação dos recursos. Assim, os cidadãos têm, não apenas o direito de constituir seus representantes, mas também de acompanhar durante toda a sua gestão, como esse poder delegado está sendo exercido, controlando e avaliando as decisões administrativas. Além da constituição, legislação posterior instruiu e muitas vezes aumentaram as possibilidades de participação do cidadão na gestão pública, individualmente ou por meio de organizações representativas, através de conselhos e associações populares, audiências públicas e ouvidorias.

Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 48, destaca a questão do “incentivo à participação popular” por meio de audiências públicas, e a “liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.”

Contudo, para tornar-se útil, o conteúdo das informações necessita ser compreendido e assimilado, o que raramente ocorre, vista a elevada complexidade técnica, como é o caso do Orçamento Público. Do mesmo modo, a prática do controle social precisa ser valorizada pela sociedade e ser objeto de interesse pelos cidadãos. Ambos os requisitos – acessibilidade e motivação – parecem estar ausentes em boa parte no contexto atual, comprometendo o alcance e efetividade do controle social.

Medeiros & Pereira (2003) conseguem delimitar bem a situação, quando declaram que nem mesmo as camadas mais privilegiadas da sociedade dispõe de instrumentos intelectuais para compreender a máquina pública e muito menos os métodos de elaboração e execução orçamentárias.

A conceituação de controle social refere-se à área de controle da Administração Pública que é realizado com o envolvimento da Sociedade Civil, representada por indivíduos e instituições não relacionadas ao ente governamental. Vale salientar que o controle social envolve tanto as entidades da sociedade civil organizada como um cidadão comum que almeja interagir com a Administração Pública realizando uma cidadania ativa e postulando direitos.

Borborema e Ribeiro (2006, pág. 6) destacam a importância do controle social afirmando que este é exercido internamente, pela própria administração ou externamente, de forma mais eficaz por outros órgãos públicos e pelos cidadãos.

Todavia, questiona-se a maneira como tais instrumentos de participação popular são constituídos e operados. Há dúvidas se a participação não está sendo confundida com manipulação e se formas válidas de contribuição Estado-sociedade não estão sendo confundidas com junção entre ambos. Para que haja cidadania é indispensável que o cidadão seja capaz de atestar sua importância e seus limites, que tenha independência e preparo para negociar de forma livre com a administração pública e proteger os interesses da coletividade.

Campelo (2004, p. 119), ao explicar sobre o assunto, afirma que:

O controle social é a concretização do ideal de democracia participativa. Revela-se promissor na medida em que os indivíduos e as suas entidades representativas podem deflagrar ações efetivas para proteger os interesses da coletividade. É a participação cidadã emergindo como agente de mudança e mostrando o papel de cada um ante a conduta do Estado. É o homem comum sentindo-se responsável pelos seus rumos.

A participação social, por si só, não é capaz de minimizar as mazelas da administração pública. A transparência dos atos realizados pelas autoridades e servidores públicos é o melhor recurso que pode ser oferecido ao controle social. “Governo e sociedade precisam partilhar informações num processo de mão dupla cujo objetivo seja sempre a defesa do erário e a eficiente aplicação dos recursos disponíveis.” (OLIVEIRA, 2002, p.144).

Desse modo, a informação constitui-se em elemento fundamental para a sociedade fiscalizar o ente público. É dever do Estado oferecer informações completas, claras e relevantes à população, a fim de expandir o número de controladores e fortalecer a autenticidade das políticas públicas e a segurança de seus atos, pois a propagação de informações em linguagem inadequada, em vez de seduzir e incitar, pode, ao contrário, afastar e inibir o cidadão ao exercício do controle social.

Uma das principais funções do Estado é o fornecimento de serviços essenciais à população. A Constituição Federal enumera como direitos fundamentais da sociedade o acesso à saúde, segurança, educação e moradia, entre outros. O exercício de tais direitos, contudo, demanda a disponibilidade de recursos financeiros que são arrecadados da população por meio dos impostos, taxas e contribuições e que serão aplicados de acordo com as Leis Orçamentárias. Assim, torna-se imprescindível que o Controle Social, para mostrar-se efetivo,

incida principalmente sobre os Orçamentos Públicos, pois neles estão indicados, ou não, a efetivação desses direitos.

Assim, percebe-se que é de extrema importância que cada cidadão assuma a tarefa de participar da gestão pública e de exercer o controle social dos recursos públicos, pois com a ajuda da sociedade se torna mais fácil o controle dos gastos públicos para que se possa garantir assim a correta aplicação de recursos e o controle das finanças públicas, gerando uma maior eficiência dos serviços.

Quando o controle social é exercido de forma efetiva é capaz de ascender a gestão e a governabilidade, pois tende a impactar a máquina administrativa, proporcionando maior transparência e agilidade da Administração Pública, garantindo a efetivação a longo prazo de programas e políticas públicas de governo dentro do seu modelo de gestão (SALLES, 2010).

Sendo ainda, o controle social figura como uma forma de controle exercida pela sociedade, por meio do poder fiscalizatório constitucionalmente a ela destinada, individual ou coletivamente, para a realização do interesse público. Dessa forma, é possível afirmar que os direitos constitucionais dos cidadãos de fiscalizar o atuar da Administração Pública são verdadeiras formas de instrumentalização do controle social.

MEIRELLES (2002), afirma que o Estado é formado por três elementos: o povo que é o componente humano do Estado; Território que representa a base física e o governo soberano que figura como elemento condutor do estado, exercendo o poder absoluto.

Com o exercício do controle social torna-se possível garantir melhor prestação de serviços pelo poder público e melhor qualidade de vida à população, pois a partir do momento em que o Estado cumpre o dever de permitir que os gastos governamentais sejam fiscalizados, estará fomentando o controle social direto e a participação da sociedade que lhe financia, ou seja, estará promovendo a cidadania e a otimização de recursos.

PEDRINI et al. (2007), afirmam que o Controle social se relaciona diretamente com os métodos e resultado da mobilização da sociedade no empenho pela preservação dos direitos humanos e sociais. Por essa lógica, os setores da sociedade que assumem a perspectiva emancipadora necessitam confrontar as forças que a eles são tendencialmente opostas na sociedade capitalista: o mercado e em tese, o Estado dominado e dirigido pelos detentores do capital.

Assim, com a evolução dos Direitos ao longo das gerações, cresce a cada dia a necessidade da participação popular nas decisões político-administrativas, principalmente àquelas relativas à administração pública, a qual se fundamenta, principalmente, pelos serviços e bens disponibilizados à população.

A evolução do pensamento filosófico ao longo da história das relações entre Estados e cidadãos demonstra que quanto maior a distância entre aqueles, mais fraca torna-se a organização estatal como centro de poder e conseqüentemente a manutenção de todos os valores legitimadores do próprio Estado (SOARES, 1997, p.261).

O Controle Social, além de validar o Estado perante seus cidadãos, legaliza também, em âmbito nacional, a forma de governo escolhida para este. Dahl (1997) assegura que não existe uma democracia completa sem a participação de todos os cidadãos.

Em síntese, o controle social é elemento de legalidade do Estado, indicativo de evolução da democracia, fortalecedor das liberdades e dos direitos sociais e, ainda, percussor de progresso social e econômico e deve ser executado por todos os cidadãos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pode ser classificada como um processo formal com técnicas que determinam o pensamento reflexivo na procura de um tratamento científico, e se constitui na direção para compreender a realidade estudada, tendo como finalidade proporcionar respostas ao problema apresentado nesta pesquisa. Assim, os procedimentos metodológicos aplicados neste estudo foram embasados na pesquisa empírica, bibliográfica em livros da área, artigos científicos, além de *sites* da internet relacionados ao assunto em questão. Além, da análise qualitativa, que tem como principal objetivo:

Descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL e TATIM, 2004, p. 51).

O enfoque dado a pesquisa foi descritivo que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados como pesquisa descritiva, e uma das características mais significantes são a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionários e observação sistemática (GIL, 2002).

O universo da pesquisa selecionada para este estudo foram as Associações dos pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca na Paraíba, composta por 2.075 membros. Dele, foi selecionada uma amostra de 372 respondentes, formada por membros das referidas Associações, que atuam de forma organizada, buscando melhorias para a

comunidade local. Para coleta de dados foi aplicado um questionário elaborado, composto por 12 (doze) questões de múltipla escolha que serviu como instrumento para captação de subsídios que sustentem e embasem a pesquisa.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 ASSOCIAÇÕES DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGOA SECA - PB

O Município de Lagoa Seca se situa no Estado da Paraíba, sua distância de João Pessoa, a capital do Estado, é de 126 km por rodovia, o principal centro urbano em sua proximidade é Campina Grande, distando 8 km pela rodovia BR 104, sua área total é de 107,589 km² e sua população é de aproximadamente 25.911 mil habitantes, distribuídos entre zona rural (15.326 habitantes) e zona urbana (10.585 habitantes) de acordo com dados do IBGE (2010).

Quanto à distribuição populacional, nota-se claramente a importância das atividades agropecuárias na vida econômica e social do município e com isso reforça a necessidade de ações integradas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável e assegurar a permanência do homem no campo.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lagoa Seca e da AS-PTA (s.d.) (*apud* Santos, 2007):

O município apresenta 6 diferentes regiões [...] com atividades produtivas específicas: Região dos Roçados (mandioca, feijão e batatinha), Região das Verduras (alface, coentro, tomate, pimentão, repolho, cebolinha e alguns verdureiros plantam flores), Região do Encontro dos Rios (criação de pequenos rebanhos), Região das Frutas (banana, tangerina e laranja-cravo), Região das Ladeiras (manga, jaca, banana, maracujá, caju, laranja, macaxeira e feijão) e a Região do Agreste (a maioria das terras é de fazendas de gado e alguns poucos agricultores plantam mandioca, milho e feijão).

Quanto às associações, trata-se de uma modalidade de agrupamento dotada de personalidade jurídica, sendo pessoa jurídica de direito privado voltada à efetivação de interesses dos seus membros ou de uma finalidade de interesse social, cuja existência jurídica surge com a inscrição de seu estatuto, em forma pública ou particular, no registro competente, desde que satisfeitas as exigências legais (CC, art. 45), que ela tenha objetivo lícito e esteja regularmente organizada.

No município de Lagoa Seca, as Associações Rurais representam os agricultores que se uniram de forma organizada, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Em busca

de tais melhorias, são implementados programas de apoio ao desenvolvimento rural, com projetos para a produção agrícola, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. Há ainda projetos que disponibilizam linhas de crédito e outros que distribuem sementes para o plantio nos campos. Segundo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, há no município um total de 15 associações de pequenos produtores rurais, espalhadas por todo território.

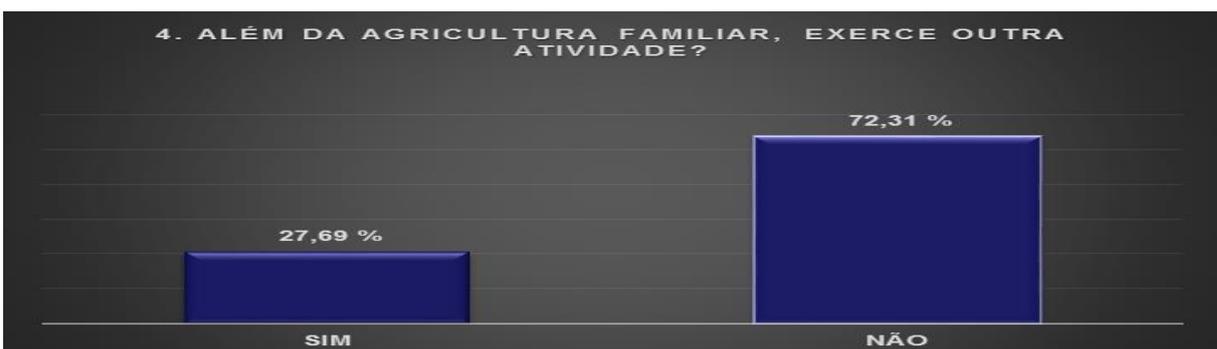
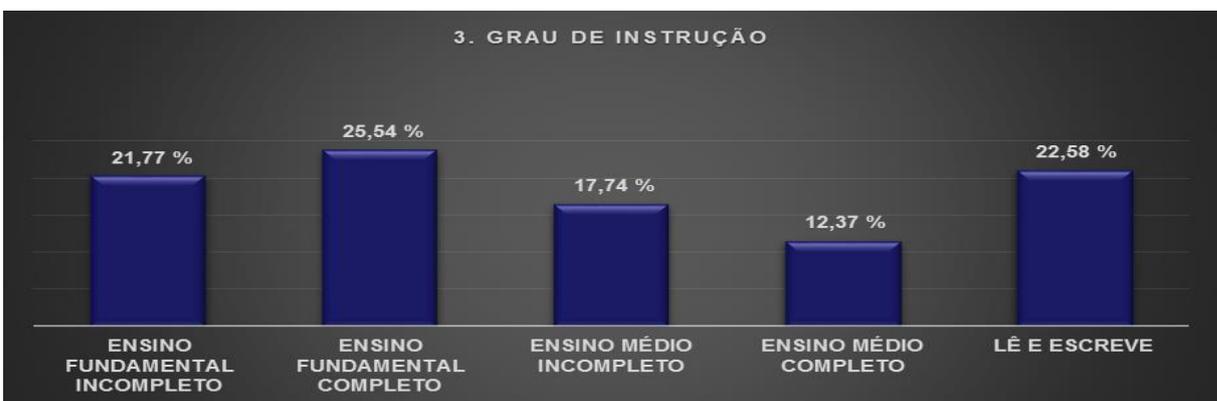
4.2 OS RESULTADOS

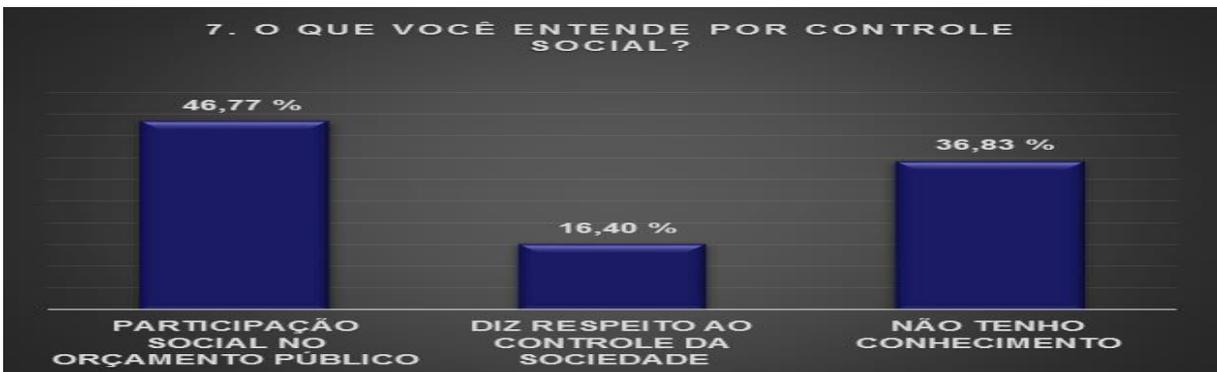
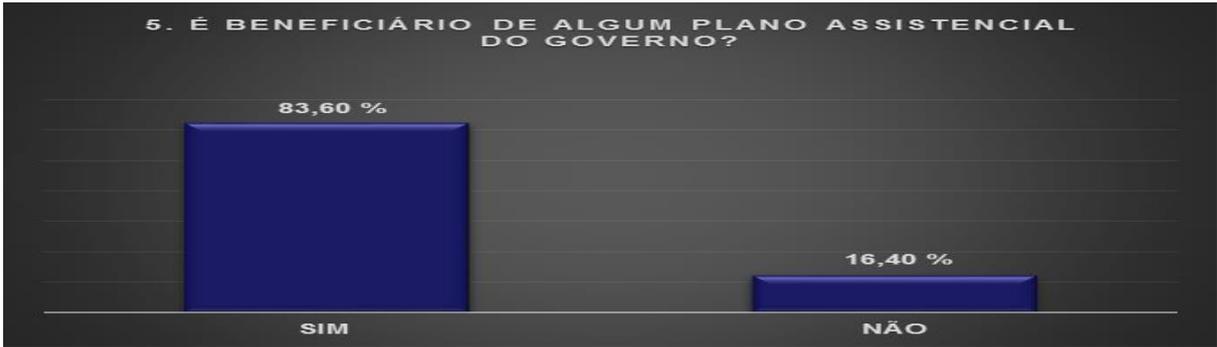
O questionário composto por 12 (doze) questões de múltipla escolha, foi aplicado a 372 (trezentos e setenta e dois) respondentes que auxiliaram de forma direta para a obtenção dos resultados desta pesquisa que tem como objetivo identificar o grau de conhecimento dos afiliados das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca – PB, acerca do Controle Social e encontrar formas que possam contribuir no acesso às informações.

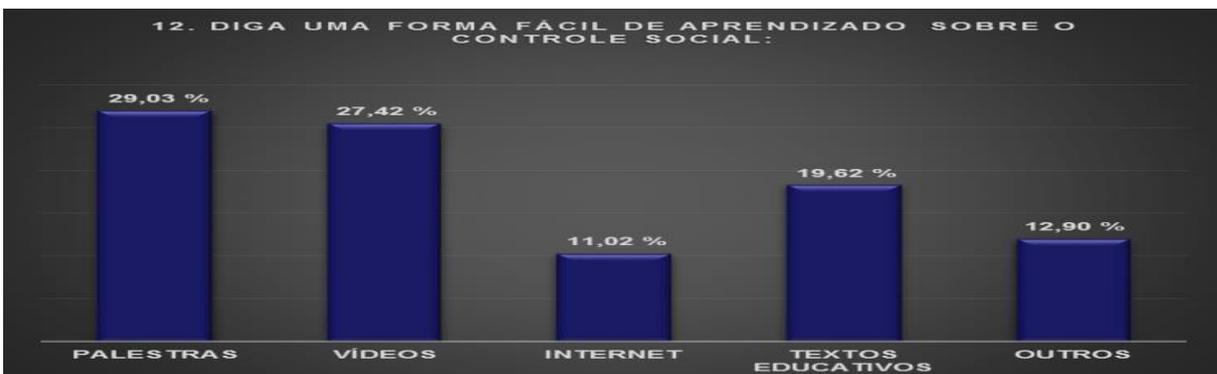
Questionário	
1. Gênero	7. O que você entende por controle social?
Feminino	Participação social no orçamento público
Masculino	Diz respeito ao controle da sociedade
2. Faixa etária	Não tenho conhecimento
Menor de 20 anos	8. Qual dos termos abaixo lhe vem em mente quando escuta o tema orçamento público?
20-30 anos	Políticas públicas
31-40 anos	Impostos
41-50 anos	Corrupção
51-60 anos	Planejamento governamental
Mais de 60 anos	Gastos do governo
	Outros
3. Grau de instrução	9. Há interesse em saber como são gastos os impostos pagos?
Ensino fundamental incompleto	Sim
Ensino fundamental completo	Um pouco
Ensino médio incompleto	Não tenho interesse
Ensino médio completo	10. Como você acha que poderia participar da decisão do orçamento do seu município?
Lê e escreve	Audiências públicas
4. Além da agricultura familiar, exerce outra atividade?	Carta aos governantes
Sim	Manifestações públicas
Não	Nenhuma das alternativas
	Não tenho interesse no tema
5. É beneficiário de algum plano assistencial do governo?	11. Gostaria de aprender um pouco mais sobre o significado do controle social?
Sim	Sim, gostaria
Não	Não tenho interesse
6. Na sua opinião, o que representa uma associação?	12. Diga uma forma fácil de aprendizado sobre o controle social
União de pessoas	Palestras
Força organizada representativa de uma comunidade	Vídeos
Reivindicação e busca de melhorias	Internet
Todas as alternativas acima	Textos educativos
	Outros

Fonte: Elaboração própria, 2015.

A súmula dos resultados obtidos através da aplicao dos questionários aos associados rurais pode ser visualizada nos gráficos a seguir:







Fonte: Elaboração própria, 2015.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo geral de identificar o nível de conhecimento dos afiliados das Associações dos Pequenos Produtores Rurais do município de Lagoa Seca - PB, acerca do Controle Social, através da análise dos dados coletados no estudo, constatou-se na sessão inicial que a grande parcela dos associados são homens com baixo grau de escolaridade. Os jovens que poderiam figurar como agentes de mudança, sendo mais participativos e atuantes, pouco se interessam pelo ingresso nas associações comunitárias e como consequência disso, se abstém do exercício do Controle Social em seu meio comum.

Os associados em sua maioria sobrevivem unicamente da atividade rural, tendo como subsídio à sua existência os planos assistenciais do governo. Grande parte não tem conhecimento a respeito do Controle Social, o que enfraquece a força participativa das associações. Verificou-se, também, quando foram apresentadas possibilidades para a introdução do conceito e para o efetivo conhecimento e consequente exercício do Controle Social por meio das Associações e da comunidade local que a forma mais eficiente e objetiva seria através de palestras e vídeos educativos.

Assim, torna-se necessário que o poder público utilize meios para aproximar a sociedade civil das ações governamentais, fazendo valer o direito constitucional do cidadão de participar ativamente das decisões governamentais e poder opinar sobre suas prioridades e destinações de verbas para a prestação de serviços públicos com maior qualidade. Acredita-se que a introdução do tema de forma precoce, seja nas escolas, em reuniões, em palestras, ajudaria à conscientização da população desde o início da vida social do indivíduo, auxiliando na formação de cidadãos esclarecidos que exerçam seu papel participativo, conhecedor de seus direitos e deveres. Por fim, sugere-se que futuras pesquisas nessa temática sejam realizadas para promover a ampliação da discussão da mesma.

ABSTRACT

The exercise of citizenship is a fundamental requirement for a democratic country and the collective awareness can contribute for the realization of this exercise, organizing and stimulating social control of Public Administration. In this way, this study aims to identify the level of knowledge of Small Farmer Association members in the city of Lagoa Seca - PB, about Social Control. For this, an empirical, bibliographic, descriptive and qualitative research was conducted. The research data were collected through a questionnaire which evaluated the Farmers Association members in Lagoa Seca, Paraíba. The results of the research are presented as well as the analysis of the data, which demonstrate that the most of the

Associations members survive only with rural activity and has no knowledge about Social Control, which weakens the participatory strength of the Farmers Associations. It also showed that the actual knowledge and consequent exercise of Social Control through the Associations would be done through educational conferences and videos. Finally, it is suggested that future researches about this theme can be presented to improve the discussion about it.

Keywords: Social Control. Public Administration. Associations.

REFERÊNCIAS

Borborema, Ernani Avelar; Ribeiro, Cyro de Castilho. **A Homepage Contas Públicas: Um Diagnóstico de Contribuição para o Controle Social.** Tribunal de Contas da União. Out. de 2006. Disponível em: <<http://portal3.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2057198.PDF>>. Acesso em 30 mai. 2015, p.178.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área territorial Brasileira.** Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.php?nome=lagoa+seca&codigo=&submit.x=40&submit.y=12>> Acesso em 28 dez. 2014.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_paraiba.pdf> Acesso em 28 dez. 2014.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Cartilha Olho Vivo.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/publicacoes/CartilhaOlhoVivo/Arquivos/ControleSocial2012.pdf> > Acesso em 11 jan. 2015.

BRASIL. **Código Civil.** Brasília: Senado, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em 15 jan. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 26 jan. 2015.

BRASIL. Lei Complementar nº101. **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Brasília: Senado, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em 30 mai. 2015.

CAMPELO, Valmir. Controle social da gestão pública. **Revista do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará.** 16. ed. Ceará. 2004, p. 119-123.

CARVALHO, Antônio Ivo de. **Conselhos de Saúde no Brasil:** participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: FASE / IBAM, 1995, p. 8.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciência social aplicadas**: Métodos e técnicas de pesquisa. São Paulo: Prentice Hall, 2004, p.51.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIRA, Ana Magda de Azevedo; Rosa, Antônio Quintino; Filho, Ary Braga Pacheco; Gomes Beatriz Pinheiro de Melo; Santos, Denise Curcio; e Moraes, Evelise Quadrado de. **A Educação Corporativa Aplicada ao Tribunal de Contas da União como Estímulo ao Controle Social**. Tribunal de Contas da União. Nov. de 2003. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054432.PDF>> Acesso em 26 nov. 2014.

MANNHEIM, K. **Sociologia Sistemática**: uma introdução ao estudo de sociologia. 2.ed.São Paulo: Pioneira, 1971, p.178.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos; PEREIRA, José Matias. Controle Social no Brasil: Confrontando a Teoria, o Discurso Oficial e a Legislação com a Prática. **Revista do TCU**. 98. ed. Brasília: 2003, p.63-72. Disponível em: <<http://portal3.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2054650.PDF>>. Acesso em 30 mai. 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 27.ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

OLIVEIRA, Arildo da Silva. **Controle social**: perspectivas para a fiscalização popular da administração pública no Brasil. Tribunal de Contas da União. 2002. Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2058956.PDF>>. Acesso em 30 mai. 2015, p.144.

PEDRINI D.; ADAMS T.; SILVA, V.R. (org). **Controle Social de políticas públicas**: caminhos, descobertas e desafios. São Paulo: Paulus, 2007.

SALLES, Helena da Mota. **Gestão Democrática e Participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília; CAPES/ UAB 2010.

SANTOS, Elisângela Jerônimo dos. **Tarimba**: Aspectos Históricos e culturais de Lagoa Seca (1929 – 1969). Bauru. Canal6, 2007.

SOARES, Fabiana de Menezes. **Direito Administrativo de Participação**: Cidadania, Direito, Estado, Município. Belo Horizonte: Del Rey, 1997. 261 p.